

COMPORTAMENTO POLÍTICO VIOLENTO E AVANÇO GLOBAL DA DIREITA: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Jonas Modesto Abreu¹
abreujm9@yahoo.com.br

Giovanni Allegretti²
alegretto70@gmail.com

Introdução

Produto de um estágio pós-doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2016, este artigo destaca que os movimentos de protesto que assolaram o Oriente Médio e o Norte da África a partir de dezembro de 2010, conhecidos como Primavera Árabe, trouxeram para o campo do debate político internacional a discussão sobre o grau de relevância das mídias associadas às redes sociais para a organização e atuação dos mais variados grupos de interesse e pressão política. No Brasil, em particular, esse debate ganhou consistência após as imensuráveis

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Investigador senior do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

manifestações públicas que ocorreram nas ruas de destacados centros urbanos nacionais em junho de 2013. Os protestos que surgiram da iniciativa de grupos organizados em torno de questões populares como o preço e a qualidade dos transportes públicos, sobretudo nas principais capitais brasileiras, rapidamente fugiu do controle de seus organizadores. Uma imensa massa de manifestantes, organizados espontaneamente através das redes sociais, passaram a incorporar às manifestações temas diversos e a dar ao movimento original uma nova conotação.

Sobre este aspecto, vale ressaltar que a reivindicação originalmente popular, associada à carestia e qualidade dos transportes públicos urbanos, rapidamente se desvirtuou, ganhando uma roupagem de classe média que passou a orientar a mobilização pelo jargão “*não é por vinte centavos*” e guiá-la pelos gritos de “*sem partido político*”.

Destas manifestações que desapareceram das ruas com o mesmo grau de espontaneidade e intensidade de seu surgimento, emergiu no cenário político brasileiro uma nova direita. Caracterizado pelo discurso violento, assentado no ódio partidário, esse novo espectro político refugiou-se nas redes sociais, propagando o sentimento descrito como antipetismo.

Conforme se subentende através da leitura de Menezes (2016), o antipetismo é um sintoma performático que decorre do modo como a população brasileira vem respondendo, no âmbito comportamental, à agenda seletiva de informações sobre corrupção que passou a ser diariamente difundida pelos principais meios de comunicação do país desde que tiveram início, em março de 2014, as investigações a respeito dos desvios de recursos financeiros da Petrobras. Embora a petrolífera nacional tenha vivenciado um vultuoso processo de valorização depois da descoberta de incalculáveis reservas de gás natural e petróleo na camada pré-sal em 2006, tornando-se ainda mais atrativa às práticas administrativas ilícitas, desde que se tornaram públicas, em março de 2016, as planilhas de suborno pagas pela empreiteira Odebrecht às mais diversas personalidades da vida política e agremiações partidárias, é sabido que a corrupção na Petrobras advém, continuamente, pelo menos desde os anos 80.

Apesar disso, a exaustiva repetição midiática da frase “*nunca se roubou tanto nesse país*”, sempre presente no discurso dos agentes de oposição ao governo nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), que vinha sendo mantido através

do sufrágio eleitoral desde 2003, acabou provocado no imaginário coletivo a crença de que a corrupção política no Brasil é algo intrínseco, peculiar ao PT e às suas principais referências. É importante lembrar que a frase “nunca se roubou tanto nesse país” foi proferida pela primeira vez em maio de 2015 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) na convenção nacional de seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A proposta de retirar o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças do poder presidencial e do cenário político nacional, condenando-os criminalmente e impondo-lhes a inelegibilidade, o recolhimento prisional e a extinção da sigla partidária, para além de tornar-se a linha dominante dos comentários sempre presentes nos ambientes de convívio das pessoas comuns, passou também a orientar as ações de caráter institucional de parte dos agentes dos poderes legislativo e judiciário brasileiros, colocando em xeque os preceitos fundamentais do estado democrático de direito.

Também convém mencionar que apesar de existir um consistente histórico cultural pluripartidário no Brasil, institucionalizado pela lei orgânica dos partidos políticos (Lei nº 6.767/79), que encerrou a curta fase do “bipartidarismo” (BENEVIDES, 1984), instituído pelo 4º complemento do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 24 de novembro de 1965, desde 1994 a disputa presidencial tem se restringido a apenas dois partidos políticos, o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. O sistema pluripartidário do país conta atualmente com 35 agremiações partidárias, 26 delas possuem representação na Câmara Federal.

A inserção do termo bipartidarismo entre aspas se deve ao fato de que mesmo durante o período de sua vigência, o sistema eleitoral brasileiro permitia que as duas siglas existentes, Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançassem mais do que um candidato às eleições para cargos executivos municipais. Sobre este fato, é importante esclarecer que os cargos executivos nas capitais, governos estaduais e presidência, em parte por determinação do Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, não eram definidos pela livre escolha do eleitor. Este modelo que privilegiava a popularidade do candidato em detrimento do partido político, dava um caráter pluripartidário ao “bipartidarismo” brasileiro do período militar.

No contexto da bipolarização envolvendo o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira (CERVI, 2016), a disputa presidencial de 2014 sempre será lembrada pela forte influência das redes sociais. Neste sentido, vale destacar que apesar da apertada vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB), aparentemente o antipetismo produziu um efeito favorável ao candidato “tucano”, como são conhecidos os integrantes do PSDB, principalmente em São Paulo e em Santa Catarina. Em São Paulo, maior colégio eleitoral com 22,4% do total do país, Aécio Neves recebeu 64,31% dos votos válidos e, em Santa Catarina, 64,59%.

Os primeiros comentários acerca do resultado das eleições presidenciais enfocavam uma divisão regional do eleitorado nacional. A inegável supremacia da candidatura petista nas regiões norte e, sobretudo, nordeste, assegurou a vitória de sua candidata num cenário eleitoral marcado pelo equilíbrio de votos nas demais regiões. Contudo, este fato foi ocultado pelo “peso” eleitoral da unidade federada paulista que, por escolher majoritariamente o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira, provocou uma ilusória divisão regional do eleitorado brasileiro, colocando do lado do petismo o norte e o nordeste e, do antipetismo, as regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Esta falsa impressão acirrou o discurso político de ódio que passou a desqualificar o eleitor nortista e nordestino, identificando-o ao universo da ignorância política e da dependência de auxílio governamental individual e familiar. Assim, a tradicional proposta de separatismo, presente há tempos no discurso político de grupos da região sul (FALCÃO, 2000; LUVIZOTTO, 2009), mostrou-se inadequada, uma vez que a questão era apresentada numa dimensão regional mais ampla.

A expansiva atuação da nova direita nas redes sociais, além de provocar a emergência de líderes extremistas, também propiciou o crescimento de um intenso movimento virtual a favor da redução da maioria penal, contra o estatuto do desarmamento, contra os direitos das minorias sociais, contra as políticas de ação afirmativa e de renda mínima do governo federal e, sobretudo, contra o petismo, defendendo o impedimento do mandato presidencial de Dilma Rousseff e a criminalização do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Recentemente, Renato Janine Ribeiro (2015), filósofo de respeitável carreira ligada à Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da educação,

escreveu um artigo interessante sobre esta nova direita brasileira. No seu entendimento, o que chama atenção no cenário político nacional do momento é a atuação de um grupo de extrema-direita que vem adotando uma agenda muito mais direcionada aos costumes do que à política. Trata-se de uma afronta às questões que envolvem a igualdade e o reconhecimento de gênero e os direitos das minorias: é um ódio cabal aos direitos humanos.

Outro destacado filósofo que se manifestou a respeito foi Paulo Arantes (2015), também ligado à USP. Contudo, seu entendimento destaca que a nova direita também apresenta uma agenda essencialmente política, dado que estes novos agentes buscam, acima de tudo, provocar uma situação de instabilidade institucional que coloca em risco os preceitos básicos da cultura política democrática.

Inserido neste contexto, o objetivo central deste artigo é destacar que o comportamento político violento que se propagou através das redes sociais, favoreceu tanto a agenda apontada por Renato Janine Ribeiro quanto a destacada por Paulo Arantes. Aparentemente, trata-se de um conjunto de enfoques conservadores que são, ao mesmo tempo, nocivos aos direitos humanos e atentatórios contra os valores democráticos que denotam as sociedades liberais contemporâneas.

Redes sociais e ascensão política da direita no Brasil

A partir do final de setembro de 2013, começou a circular pela Internet, uma série de notícias que destacavam a recusa de um aluno do curso de Relações Internacionais, de uma tradicional universidade privada de Santa Catarina, para realizar um trabalho acadêmico sobre Karl Marx. Insatisfeito, o estudante escreveu uma carta ao professor argumentando que, em função do histórico predomínio de intelectuais de esquerda no ambiente acadêmico-universitário brasileiro, havia uma notória falta de isonomia no processo de apresentação de teóricos dos campos da esquerda e da direita aos acadêmicos. Na carta, destaca-se a afirmação: *“Faço tempo que estou indignado com o que vem acontecendo em nosso país. Os meios acadêmicos e culturais cada vez mais fechados, os intelectuais de direita cada vez mais lançados ao ostracismo. Resolvi ser a voz de brasileiros que não encontravam espaço para se manifestar, seja por falta de meios, seja pelo próprio medo”*.

Este caso, é apenas um exemplo selecionado para demonstrar que no instante seguinte em que as manifestações de junho de 2013 desapareceram das ruas, a nova direita que se apropriou do movimento, dando a ele uma reorientação de classe média, passou a atuar nas redes sociais, trazendo para a vida política e social do Brasil a sua agenda de interesses.

Isso é um fato novo no cenário político brasileiro, pois desde a implantação da “Nova República”, período político que teve início com a eleição indireta do primeiro presidente civil em 15 de janeiro de 1985, depois de 21 anos de governos militares, não se percebia uma atuação tão intensa e orgulhosa de sua condição ideológica da direita nacional. Ser identificado à direita, rótulo associado ao passado de apoio político à ditadura militar, era algo que se evitava no Brasil desde que se tornou evidente o desgaste do autoritarismo brasileiro com a divulgação do resultado das eleições parlamentares de 1978, nas quais o Movimento Democrático Brasileiro, concorrendo com um número inferior de candidatos, 1.896 contra 2.109, praticamente empatou com a Aliança Renovadora Nacional em número de votos para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais, e obteve uma expressiva vitória para o Senado, recebendo 17,4 milhões de votos, contra 13,1 milhões da sigla concorrente. Ao que tudo indica, ao longo destes trinta anos de Nova República, a cultura política que estigmatizava a direita brasileira, associando-a ao governo ditatorial dos militares, acabou por perder o seu significado social. Os personagens deste tempo histórico, se já não desapareceram do cenário político, ocupam apenas papéis secundários, são agentes praticamente desconhecidos das novas gerações que, aparentemente, associam o regime militar a um passado romântico e distante.

Efetivamente, a agenda eleitoral que separava os candidatos por rótulos de identidade política, inserindo-os nos campos da democracia ou de regimes de exceção, consolidada nas eleições gerais de 15 de novembro de 1982, viveu seu último capítulo durante as eleições presidenciais de 1989, quando os reflexos da queda do muro de Berlim poucos dias antes da realização do segundo turno eleitoral, envolvendo Collor e Lula, ainda produziu efeitos sobre o comportamento político dos eleitores que acabaram por escolher Fernando Collor de Mello.

Depois da curta passagem de Collor pela presidência, cujo mandato foi interrompido por um processo de impedimento por “crime de responsabilidade do presidente” em 1992, as disputas eleitorais para o comando nacional até 2014, vinham sendo marcadas por agendas políticas que sempre submetiam o plano ideológico à uma dimensão secundária. Principalmente após a aprovação da emenda constitucional da reeleição presidencial em 1997, ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, temas como a estabilidade econômica, o combate à fome e a inclusão social, unidos à argumentação em favor de se manter ou se interromper a gestão governamental em curso, passaram a ocupar o espaço central de campanhas altamente profissionalizadas, orientadas pelos “magos” do marketing eleitoral.

Independentemente dos diversos elementos que possam servir de parâmetros para se diferenciar os governos do PSDB e do PT na presidência do Brasil durante o período subsequente ao ano de 1994, não se pode deixar de levar em consideração que em ambos é possível se verificar importantes ações de caráter sócio-inclusivo, como o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações associadas à escravidão e o estabelecimento de cotas para negros nas universidades públicas, durante o governo do “tucano” FHC, princípio que se estendeu para todos os cargos do funcionalismo público brasileiro em 2001 (MAGGIE e FRY, 2002), e de programas educacionais como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Federais), que, durante os mandatos dos petistas Lula e Dilma, democratizaram o acesso ao ensino superior no Brasil, concedendo bolsas para os estudantes de baixa renda nas universidades privadas, e ampliando o número de vagas nas universidades públicas ao criar novas universidades ou extensões das já existentes (COSTA, 2010; LIMA, 2014).

Resgatar este elemento de semelhança é importante porque até o momento em que ocorreram as manifestações públicas de 2013, o que se observava no Brasil era um processo crescente de aceitação tanto das políticas de inclusão social, quanto das ações governamentais direcionadas ao reconhecimento dos direitos das minorias. Pesquisas espontâneas realizadas por programas televisivos demonstravam o tempo todo o avanço de uma corrente da opinião pública tendente a reconhecer, em paralelo, o sentido justo dos governos reconhecerem as desigualdades históricas, e o direito de cada cidadão

poder decidir sofre os fatos relativos à sua vida, livre de imposições restritivas do estado. É evidente que haviam opiniões contrárias, geralmente manifestas em ocasiões informais e privadas, permanecendo restritas ao universo do que se considerava politicamente incorreto. Isso mudou sensivelmente depois dos protestos de 2013. A descoberta das redes sociais como meio de manifestação de opinião (LEMOS, 2008), inclusive política, criava um ambiente virtual de comunicação marcado por um grau de impessoalidade que obviamente não se encontra nas relações que envolvem o “olho no olho”, permitindo que o usuário de internet passasse a externar abertamente os seus ódios e preconceitos.

As campanhas para as eleições presidenciais de 2014 acabaram por associar os sentimentos de intolerância aos partidos e personagens da polarização partidária que se sedimentou nas duas últimas décadas. Neste contexto, sobre o Partido dos Trabalhadores recaíram os ataques mais agressivos. Provavelmente em decorrência da longa duração de seus governos, associaram às suas administrações todas as ações institucionais voltadas para a inclusão das minorias sociais, pelas quais externavam repulsa, inclusive as medidas de reparação racial, criadas por Fernando Henrique Cardoso. Aquela opinião pública liberal que se sobressaía antes de 2013, cedeu espaço para um onda conservadora que começou a se propagar através da internet. Desde então, as agendas impostas pela direita passaram a dominar as redes sociais no Brasil.

Sobre este tema, Javier Toret Medina (2016), ativista digital do movimento 15-M (Os Indignados) da Espanha, há pouco tempo alegou, de forma polêmica, que a esquerda brasileira perdeu as ruas por ser ruim na internet. Ao interpretar os gráficos demonstrativos das narrativas *online* sobre as manifestações públicas relativas à Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Espanha, Turquia, Hong Kong, Paris e as Jornadas de junho brasileiras, concluiu que somente no Brasil se verifica que quem organizava o movimento nas ruas não foi capaz de comandar a agenda cibernética (LÉVY, 1999) que reestruturava o significado dos protestos, a direita exerceu este domínio nas redes sociais.

Comparando o caso brasileiro com a manifestação de 15 de maio de 2011 em Madri, contra as políticas de austeridade impostas pelo governo de José Luis Rodríguez Zapatero, aparentemente, Toret negligencia uma multiplicidade de peculiaridades brasileiras que não devem ser relegadas ao segundo plano. Ao que tudo indica, o ativista digital espanhol atribui ao Movimento Passe Livre (MPL)

a direção das manifestações públicas de junho de 2013 no Brasil. Isso não é propriamente um erro, uma vez que um conjunto significativo de autores (ARLEY e RICCI, 2013; CATTANI, 2014; CAVA, 2014; GOHN, 2014; LOCATELLI, 2013) têm dado ênfase a este fato. Todavia, a interpretação da dinâmica das manifestações públicas que ocorreram nos grandes centros urbanos do Brasil no mês de junho de 2013 requer a observância acurada de certos fatores sutis que tendem a passar despercebidos.

Sendo assim, antes de tudo é preciso destacar que o embrião social do Movimento Passe Livre surgiu em 2003 em Florianópolis, capital de Santa Catarina, quando a construção de um terminal integrado de ônibus provocou, inicialmente, um aumento de 24% nas tarifas da única modalidade de transporte público presente no município. Os conflitos em torno do preço justo, envolvendo inclusive o Ministério Público que passou a contestar o valor estabelecido pela prefeitura, continuou a provocar reações populares nos anos subsequentes à construção do terminal. O fato mais marcante foi a Revolta da Catraca em 2004, quando um coletivo popular, liderado por estudantes universitários, passou a interromper, esporadicamente durante dias, as duas pontes que permitem o acesso à ilha de Santa Catarina. Em 2005, em uma plenária realizada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, capital vizinha ao sul de Florianópolis, o Movimento Passe Livre foi oficialmente instituído, nacionalizado. Sua principal bandeira reivindicativa passou a ser o custo zero para todos os transportes públicos urbanos do Brasil.

Ganhando destaque midiático por ter sido o proponente original da mobilização que, iniciada na capital paulista, espalhou-se, sobretudo pelos grandes centros urbanos do país, o Movimento Passe Livre rapidamente percebeu que não exercia o controle das ruas, principalmente em São Paulo, o epicentro dos protestos. As grandes aglomerações humanas passaram a exibir cartazes com as mais diversas reivindicações corporativas, e, os mascarados Black Blocs (SOLANO, 2014), a ocupar a linha de frente das ações práticas. Neste sentido, o ato mais simbólico ocorreu durante o 6º protesto, no dia 18 de junho de 2013, quando um grupo de jovens da classe média paulistana decidiu vandalizar a sede da prefeitura municipal de São Paulo, administrada pelo Partido dos Trabalhadores. Vale registrar que os transportes públicos urbanos da macrorregião da capital paulista são geridos pela Secretaria de Transportes

Metropolitanos do Estado de São Paulo, órgão ligado ao governo do estado, administrado desde 1995 pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Ciente de sua incapacidade de controlar as ações que ocorriam nas ruas, logo que entendeu terem sido contempladas as suas reivindicações básicas, o Movimento Passe Livre convocou uma coletiva de imprensa e anunciou a sua imediata retirada das manifestações públicas. Foi como se o Movimento Passe Livre estivesse a dizer que, a partir daquele momento, ele não poderia mais ser associado a nada que estivesse acontecendo nas ruas. Este é um dos fatores de sutileza que não deve ser desprezado. O Movimento Passe Livre foi o organizador original das manifestações e a sua bandeira de reivindicação sempre ocupou o papel central de todos os protestos, principalmente no que tange a divulgação midiática, porém, jamais controlou as ações que ocorriam nas ruas, principalmente em São Paulo. No Rio de Janeiro, as ações transcenderam às iniciativas dos Black Blocs e dos garotos de classe média talhados em academias de ginástica e aulas de artes marciais mistas, envolveu inclusive elementos de exclusão social, a população dos morros desceu para o asfalto e provocou diversos saques em estabelecimentos comerciais da cidade, dando também às ações práticas o sentido de criminalidade comum.

Outro elemento sutil e, talvez o mais importante, que merece atenção, associa-se ao fato de que São Paulo tem se firmado como polo estratégico do antipetismo. Apesar do histórico positivo de desempenho eleitoral do PT na disputa pelas prefeituras da unidade federada paulista, em 2012 recebeu 4,44 milhões de votos contra 3,51 milhões de votos de seu principal concorrente, o PSDB, o Partido dos Trabalhadores não tem conseguido repetir este desempenho nas eleições para o governo estadual e a presidência do país em São Paulo. Para se ter uma noção de como vem ocorrendo a disputa pela presidência do Brasil no território paulista, com exceção da eleição de 2002, na qual Luiz Inácio Lula da Silva venceu José Serra em todas as unidades federativas e, em São Paulo, recebeu 59,35% dos votos no segundo turno, desde 2006, de forma progressiva, os candidatos “tucanos” vêm obtendo significativa vantagem eleitoral sobre os petistas. Em 2006, Geraldo Alckmin obteve 52,26%, em 2010, José Serra conquistou 54,05% e, em 2014, Aécio Neves chegou a 64,31%. Este percentual assegurou ao candidato do PSDB uma vantagem de 6.807.906 votos sobre Dilma Rousseff.

Segundo informações publicadas pelo Instituto Datafolha, desde que se consolidou, a partir das eleições presidenciais de 1989, como a sigla partidária predileta entre os eleitores do município de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores atingiu o seu menor índice de popularidade na capital paulista no final de outubro de 2015, caindo para 11%. A preferência recorde entre os paulistanos havia sido de 35%, alcançada pouco tempo antes dos protestos de junho de 2013.

Para o imaginário social, a capital paulista é a principal referência de tudo que acontece no país, é o termômetro político do Brasil. Por conta dos quase 20 milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo, que sempre permitem a formação de imensos aglomerados humanos nos seus pontos tradicionais de protestos, entre os quais se destaca a Avenida Paulista, São Paulo tornou-se o centro das transmissões de uma mídia empenhada em depor o governo do Partido dos Trabalhadores.

Os novos movimentos de direita do Brasil que têm ocupado a linha de frente na organização dos protestos contra o governo de Dilma Rousseff, encontraram em São Paulo um ambiente notoriamente mais favorável do que se verifica nas demais unidades federadas. O que se percebe é que após 2015, os aglomerados de manifestantes nas ruas brasileiras têm refletido o resultado das eleições presidenciais de 2014. Enquanto São Paulo e Santa Catarina favorecem os grupos antipetistas, as capitais nordestinas, sobretudo Salvador e Recife, têm demonstrado um forte apoio ao governo. Em outras capitais relevantes, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, verifica-se um equilíbrio de forças. Apesar disso, a grande imprensa oficial tem ocultado as manifestações de caráter governista e sobrevalorizado os protestos em São Paulo, difundindo a impressão de que a Avenida Paulista é o espelho fiel do Brasil.

Javier Toret, quando interpretou os gráficos das narrativas na *web* sobre os protestos de 2013 no Brasil, não levou em consideração que naquele ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava que 49,46% dos usuários de internet no país residiam na região sudeste. Em São Paulo, principal referência populacional do sudeste brasileiro, 48% dos seus mais de 41 milhões de habitantes tinham acesso à internet. Na região nordeste, com 53,6 milhões de habitantes, apenas 20,17% das pessoas maiores de 10 anos faziam uso da rede mundial de computadores. O acesso à internet também reflete a disparidade

econômica que diferencia as regionalidades brasileiras, e a TV aberta ainda é o principal meio de informação dos brasileiros, estando presente em 97,3% dos lares. Concretamente, isso ajuda a compreender porque a direita vem dominando as redes sociais no Brasil desde as manifestações de 2013.

Outro fator importante é a divisão política que se tornou clara entre os brasileiros desde que foi proclamada a vitória eleitoral de Dilma, com 51,64% dos votos válidos, em 2014. Diferente do que Javier Toret descreve na Espanha, nas redes sociais do Brasil, não há entre os jovens um desejo ávido por saber o que acontece nas ruas, ou, pelo menos, receber informações que, no plano das preferências partidárias, não lhes cause agrado. Pelo menos desde 2015, tomar posição nas redes sociais em favor do impedimento político de Dilma, bandeira política da direita, ou contra o afastamento, posição da esquerda, acarretava numa avalanche de encerramento de amizades virtuais. O brasileiro já não suporta mais conviver virtualmente com quem não compartilha a sua visão política. É bem provável que este sentimento já se encontrasse em avançado grau de gestação em junho de 2013, afinal, a disputa eleitoral de 2014 não pode ser retirada de um contexto de polarização partidária entre tucanos e petistas que se arrasta desde 1994, com vitórias sucessivas do Partido dos Trabalhadores desde 2002.

Também não se pode desprezar o fato de que é muito mais fácil mobilizar as ruas contra os governos do que organizá-las a favor deles. No Brasil, jovens entre 16 e 35 anos de idade, não conheceram nenhum outro governo federal que não tenha sido do Partido dos Trabalhadores. Javier Toret não teria dificuldades para concordar que as pessoas tendem a não gostar dos governos, principalmente, quando não se tem outras referências de vivência para se estabelecer uma comparação. Ademais, por mais que concordemos que as manifestações espanholas de 15 maio de 2011 tenham feito ascender uma nova força política à esquerda, o (Unidos) “Podemos”, é inegável que os seus efeitos mais imediatos ajudaram a direita em seu projeto de retomada do poder. Poucos dias após as manifestações de Madri, o Partido Popular, de centro direita, venceu as eleições gerais espanholas.

O avanço político global da direita

Como bem avaliou Boaventura de Sousa Santos (2015), o atual avanço político da direita é um fenômeno global. No continente do renomado pensador português, o avanço da extrema-direita, em particular, já vem provocando inquietações na União Europeia (STIGLITZ, 2016), principalmente por colocar em risco a política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico sob sua jurisdição.

Em janeiro de 2016, a líder do partido de extrema-direita alemão “Alternativa para a Alemanha” (AfD), Frauke Petry, para marcar posição contra a decisão de Angela Merkel de abrir as fronteiras nacionais para os refugiados, defendeu o uso de armas de fogo para impedir a entrada de imigrantes em seu país. Descrevendo Merkel e seu governo como “traidores da raça” e se referindo aos alemães como “comunidade de sangue”, expressões chaves do nazismo, a plataforma política do AfD pede mudança nos currículos nacionais de história para acabar com a ênfase na crítica ao nazismo, incentiva as mulheres alemãs a ter três ou mais filhos, sugere a redução da idade de responsabilidade penal para 12 anos, propõe o aprisionamento perpétuo de doentes mentais resistentes à terapia e a obrigação de museus e teatros de promover a “cultura alemã” e não as estrangeiras. Embora o AfD ainda não possua representação no parlamento, nas últimas eleições, realizadas em março de 2016, obteve assento em 8 das 16 assembleias regionais alemãs.

Todavia, no contexto dos países germânicos, o caso da Áustria parece ser o mais preocupante. O “Partido da Liberdade” (FPÖ), anti-imigração e eurocético, venceu o 1º turno das eleições presidenciais austríacas em abril de 2016 e, por conta da anulação do resultado final das eleições, que havia estabelecido a derrota do FPÖ por um percentual mínimo de votos, o futuro político do país e a sua relação com a zona do euro continuou indefinido até 4 de dezembro de 2016, data em que se repetiu o segundo turno eleitoral, confirmando a derrota do candidato da extrema-direita. O candidato do FPÖ obteve 46,7% dos votos.

Na França, Marine Le Pen, da “Frente Nacional” (FN), tem alcançado índices de até 31% de intenção de votos para as eleições presidenciais de 2017, sendo a predileta entre os jovens de 18 a 25 anos de idade.

O discurso de cerceamento europeu ao processo migratório que decorre das crises políticas no norte da África e no Oriente Médio desde a Primavera Árabe, tem beneficiado a extrema-direita até mesmo nos países nórdicos, sempre vistos como referências do estado social e dos direitos humanos na Europa. Na Suécia, os “Democratas Suecos”, na Finlândia, os “Verdadeiros Finlandeses”, e, na Dinamarca, o “Partido Popular Dinamarquês”, desde 2011 vêm obtendo significativas vitórias nas eleições parlamentares, alcançando percentuais de votos bem acima das suas médias anteriores.

O mesmo processo se verifica na Suíça, nação conhecida por sua diplomacia internacional, onde o “Partido Popular Suíço” (SPV) passou a comandar o poder executivo após vencer as eleições parlamentares de outubro de 2015 com 29,4% dos votos. Isso ocorreu depois do partido liderar, no início de 2014, a campanha pelo voto “sim” no plebiscito interno que tratava da limitação à imigração no território europeu.

Nos países da antiga “cortina de ferro”, o grande avanço da extrema-direita na Hungria e na Polônia também tem chamado atenção dos estudiosos do comportamento político. Nas eleições legislativas húngaras de abril de 2014, o partido neofascista, antisemita e de perseguição aos ciganos, “Movimento por uma Hungria Melhor” (Jobbik), recebeu 20,7% dos votos dados à sua coalizão vitoriosa, também integrada pelo direitista “União Cívica Húngara” (Fidesz) e pelo “Partido Democrata Cristão” (KDNP). Na Polônia, 6º país em número de habitantes na Europa Central, o partido de extrema-direita “Lei e Justiça”, levantando a bandeira política de rejeição à zona do euro, venceu por ampla maioria, 39% dos votos, as eleições de outubro de 2015.

Mudando de continente, na parte norte da América, apesar de notícias animadoras como a formação do gabinete canadense de Justin Trudeau em 2015, pautado pela distribuição igualitária de gênero e de seus grupos étnicos, e do impactante desempenho do “socialista” Bernie Sanders na corrida eleitoral que envolveu os candidatos democratas pleiteantes à Casa Branca, o que de fato chamou a atenção, pelo menos no cenário da disputa presidencial nos Estados Unidos, foi a campanha “Faça a América Grande Novamente”, de Donald Trump. Pautado por uma agenda política centrada num nacionalismo agressivo, o candidato que antes de ser eleito presidente, havia vencido de maneira soberana as prévias do partido republicano, propôs a construção de um muro

na fronteira com o México, visando coibir a histórica entrada de imigrantes latinos ilegais pela fronteira sul, e um endurecimento das políticas nacionais de imigração e de antiterrorismo, objetivando dificultar a aceitação de mulçumanos no país.

Em um ensaio recentemente escrito para a revista *Spiegel*, o jornalista alemão Holger Stark afirma que ao contrário do que normalmente ocorre nos Estados Unidos, as pesquisas internas demonstraram que o eleitor que respondeu de forma positiva às propostas de Trump não são mais apenas os trabalhadores manuais e os desempregados, tradicionalmente preocupados em perder os seus postos de trabalho para os imigrantes ilegais, mas pessoas com renda familiar média de 72 mil dólares anuais, faixa econômica superior à renda dos eleitores de Hillary Clinton e de Bernie Sanders. Esta situação demonstra que também há um avanço do comportamento político conservador nos Estados Unidos da América.

No hemisfério sul do continente americano, as ações da direita brasileira têm chamado a atenção do mundo. Tido como referência estratégica tanto para o avanço da esquerda nos países vizinhos, quanto para a constituição de uma nova ordem política e econômica mundial depois da criação do bloco dos países emergentes denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil associado ao governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003, rapidamente se viu diante de uma profunda crise institucional e de descrédito político internacional decorrente do golpe parlamentar que promoveu o afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Após ter reduzido em 75% os seus índices de extrema pobreza entre 2001 e 2012, segundo apontamentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e de conquistar o posto de 6ª maior economia do mundo depois que suas reservas cambiais saltaram de 37,8 bilhões de dólares em 2002 para 376 bilhões em 2011, tornando-se o 10º maior credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2016, tendo quitado sua histórica dívida em 2005, o Brasil, que em consequência da expansiva credibilidade internacional conquistada pelos mandatos de Lula, também havia sido escolhido para organizar o campeonato mundial de seleções de futebol em 2014 e os jogos olímpicos de 2016, agora vivia um processo parlamentar de impedimento de sua presidente, consequência da decisão do Partido dos Trabalhadores de apoiar a

abertura de um processo legislativo que pretendia investigar diversos casos de corrupção envolvendo Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e correligionário do vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

As pretensões políticas pessoais de Temer, associadas à união entre líderes do PSDB, inconformados com as sucessivas derrotas eleitorais presidenciais, e parlamentares temerosos de que as investigações da polícia federal se estendessem à todas as siglas partidárias, visto que o governo, mesmo diante de uma clara ofensiva seletiva contra os seus quadros partidários, não dava indícios de que pretendia interferir nas ações da chamada “Operação Lava Jato”, permitiu a formação de uma sólida base parlamentar empenhada na missão de destituir o governo de Dilma Rousseff.

As justificativas para a ação de impedimento da presidente se assentavam numa suposta ilegalidade envolvendo artifícios contábeis que provocavam o retardamento na transferência de recursos de um fundo público para outro, prática corriqueira entre prefeitos, governadores e presidentes, no curso da história recente do país, denominada de “pedaladas fiscais”.

O pretexto de que as “pedaladas fiscais” configurariam “crime de responsabilidade da presidente” caíram por terra quando o Ministério Público, depois de analisar o caso, decidiu pelo seu arquivamento, entendendo que o artifício contábil não configurava operações de crédito, argumento central dos opositores de Dilma. Dias antes, uma perícia realizada por auditores do Senado, havia chegado à mesma conclusão, excluindo também o dolo da presidente nas manobras contábeis realizadas pelo Ministério da Fazenda. De todo modo, “operações de crédito” integram um conjunto de práticas ilegais que compõem a “Lei de Responsabilidade Fiscal” (Lei nº 101/00) e a “Lei de Crimes Contra Finanças Públicas” (Lei nº 10.028/00), configurando os chamados “crimes de responsabilidade fiscal”.

Embora este tipo de crime possa provocar a posterior inelegibilidade do gestor público e até a cassação do seu mandato se comprovado o dolo, no caso da figura presidencial, o impedimento do mandato é regido pela Constituição de 1988 que, seguindo a regulamentação da Lei nº 1.079/50, define os “crimes de responsabilidade do presidente” da República. De acordo com a norma, o crime

de responsabilidade se caracteriza quando o presidente, dolosamente, pratica um atentado, um ato de ruptura extrema contra a ordem constitucional.

Todavia, o que se verificou no decorrer do processo *Lato Sensu* de impedimento político e jurídico de Dilma, inclusive nos momentos de votação, foram discursos que privilegiavam a impopularidade da presidente, fato que se notava através das pesquisas de opinião pública e dos protestos antigoverno nas ruas. Contrariando o sistema de governo definido pela Constituição de 1988, um conjunto de justificativas presentes nas democracias parlamentaristas foram utilizadas para tentar legitimar a deposição de uma governante presidencialista.

A defesa da ideia de que a presidente havia perdido o apoio dos seus eleitores ou que já não reunia condições de reorganizar a sua base parlamentar e, por isso, deveria deixar o governo, provocou uma notória ruptura com a cultura política presidencialista do país, inserindo o seu processo de deposição no bojo, incontestemente, do conceito de golpe de estado. Ademais, dois dias após o Senado decidir pelo afastamento definitivo da presidente, aparecia publicada no Diário Oficial da União uma nova lei de orçamento (Lei nº 13.332/16) que autorizava alterações em suas regras sem a aprovação do Congresso Nacional, permitindo a Michel Temer, as manobras orçamentárias que motivaram o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Isso somente foi possível porque as manifestações públicas organizadas pela nova direita brasileira dizimaram a popularidade de Dilma. Em dezembro de 2014, uma pesquisa eleitoral do Instituto Datafolha apontava que a presidente recém-eleita contava com o apoio de 52% da população brasileira, percentual semelhante aos 51,64% que ela havia obtido no segundo turno presidencial, ocorrido em 26 de outubro daquele ano. Os entrevistados que consideravam seu governo como ótimo ou bom eram 42%, e os que diziam ser ruim ou péssimo, reprovando sua administração, representavam apenas 24%. Em fevereiro de 2015, depois que se alastrou a propaganda de austeridade decorrente de um plano de ajuste fiscal que tentaria amenizar os efeitos negativos da crise mundial que se acentuou a partir de 2011, Dilma viu sua popularidade despencar para 23% de ótimo ou bom, sendo que 44% passaram a considerar seu novo mandato ruim ou péssimo. Houve praticamente uma inversão dos seus índices de aprovação e reprovação no decorrer de um prazo de apenas dois meses.

Era a primeira vez, desde que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo brasileiro em 1 de janeiro de 2003, que um dos mandatos nacionais do Partido dos Trabalhadores apresentava índices alarmantemente baixos de popularidade. Isso provocou uma intensa ofensiva dos grupos que, desde a campanha eleitoral, promoviam violentos ataques virtuais contra Dilma e o estafe do petismo, fragilizado por conta do massivo espetáculo midiático que se construiu em torno da corrupção na Petrobras.

No dia 15 de março de 2015 aconteceu o primeiro dos cinco grandes protestos nacionais que acabariam se transformando, no curso de seus efeitos, em justificativa para se tramar a deposição de Dilma Rousseff. Os protestos, cuja agenda, com o tempo, passou a estar associada às datas consideradas simbólicas para a direita brasileira, como o 13 de dezembro, dia em que foi instituído, em 1968, o mais repressivo dos Atos Institucionais do período ditatorial militar, o AI-5, que entre outras medidas de exceção, fechou o Congresso Nacional, proibiu o habeas-corpus para os casos de crimes políticos contra a segurança nacional e instituiu a censura no país, passaram a dar visibilidade política a agentes e movimentos de direita que até pouco tempo atrás eram totalmente desconhecidos no cenário nacional.

Se a intensa atuação virtual da nova direita após os protestos públicos de 2013 favoreceram a ascensão eleitoral em 2014 de personalidades conservadoras que atacavam violentamente as políticas nacionais de desarmamento civil, direitos humanos, inclusão econômica e ações afirmativas, entre as quais se destacou Jair Messias Bolsonaro, as manifestações iniciadas em março de 2015 colocaram em evidência movimentos e atores empenhados em desestabilizar o governo federal e interferir, através de pressão social, nas decisões parlamentares e judiciais. O visível sucesso de sua estratégia, que resultou no afastamento da presidente do país, aparentemente provocou um corte de ruptura temporal no processo de cultura política democrática que teve início em 1985, quando foi instituída a “Nova República”. O Movimento Brasil Livre e Kim Kataguiri, seu representante mais destacado, são expressões desta nova corrente da direita nacional.

Embora a ascensão da direita seja um fenômeno de dimensões globais, os conflitos que serviram de combustível para alimentar o seu atual estágio de prestígio, também são utilizados para dar sentido particularizado às suas

diferentes dimensões de alcance político. Europa e Estados Unidos da América assumem políticas de segregação humana que aparecem identificadas a uma suposta necessidade de contenção migratória e de combate ao terrorismo internacional (BAUMAN e BARDONI, 2016), Argentina e Brasil, exemplos mais bem sucedidos de capitalismo tardio na América do Sul (GRACIARENA, 1967; CARDOSO e FALETTO, 1970), ingressaram agora numa segunda e, nova fase, de receitas neoliberais.

Depois de viverem experiências semelhantes ao que ocorreu na Europa nos anos 80 e 90, quando os governos de direita promoveram, ao mesmo tempo, uma agressiva política de redução patrimonial do estado e de flexibilização dos direitos do trabalho, heranças dos tempos da social democracia europeia (ANDERSON, 1995), o que se verifica neste momento, tanto na Argentina quanto no Brasil, é um veloz e voraz bloqueio da direita às políticas de equidade social instituídas pelos governos de esquerda nos últimos quinze anos.

No caso do Brasil, o pacote neoliberal que passou a caminhar ao lado de medidas conservadoras de segregação às minorias sociais que se dinamizaram durante a legislatura federal de 2015, considerada a mais conservadora da curta trajetória de redemocratização do país, negando-lhes o direito de equiparações jurídicas, agora, em consequência do modo peculiar no qual se deu a chegada da direita ao comando do executivo nacional, também se percebe uma clara tentativa de cerceamento de direitos civis e políticos, visando conter a livre manifestação de opinião e de organização coletiva.

Na Argentina, somente nos seis primeiros meses do governo da direita democraticamente eleita, representada por Mauricio Macri, os índices de pobreza subiram para 32,6%, provocando o surgimento de mais 1,4 milhão de pobres. De acordo com os dados oficiais do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC), 6,3% da população argentina já se encontra em situação de indigência. As medidas de ajuste econômico implantadas após o representante do partido “Proposta Republicana” (PRO) assumir o comando argentino em 10 de dezembro de 2015, auxiliado por um gabinete ministerial amplamente ligado ao mercado financeiro e às empresas transnacionais, provocaram um acelerado processo de empobrecimento populacional que advêm do impactante aumento nas tarifas de serviços públicos como gás, água e luz, que tiveram acréscimos entre 300 e 2000%.

Dos 42 milhões de habitantes argentinos, 13 milhões são de pessoas pobres e, segundo um estudo realizado pela Universidade Católica Argentina, começa a despontar neste momento um seguimento de “novos pobres” no país, provenientes desta exorbitante carestia de vida. Trata-se de uma parcela da população que já não pode recorrer aos programas sociais do passado e, por isso, vão empobrecendo mais rapidamente do que os pobres tradicionais.

No Brasil, desde que se implantou o governo interino de Michel Temer, decorrente de um golpe de estado que provocou o afastamento de Dilma Rousseff, o que se tem presenciado é um contínuo processo de suspensão de políticas governamentais de caráter social e direitos humanos. Aproximando-se dos setores mais conservadores da direita nacional, visando construir uma aliança parlamentar que fosse capaz de garantir o afastamento definitivo da presidente, Temer anunciou, no ato de sua posse provisória, a extinção dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, dos Direitos Humanos, das Mulheres e da Igualdade Racial.

Ainda na condição interina, propôs a idade mínima de 70 anos para a aposentadoria das novas gerações, a suspensão da antecipação do 13º salário dos aposentados, o abandono da meta de construir dois milhões de moradias populares até o final de 2018, a interrupção do programa nacional de combate ao analfabetismo de jovens e adultos, a redução de 45% dos recursos previstos para as universidades federais em 2017, o término de bolsas de estudos no exterior para alunos de graduação e uma drástica redução nas bolsas de iniciação científica que as universidades recebem todo ano do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Todavia, no sentido contrário destas medidas de ajuste fiscal, Michel Temer sancionou, sem vetos, propostas que reajustaram em 41,5% os salários dos servidores do Poder Judiciário e em 12% dos membros do Ministério Público. Os aumentos de remuneração publicados no Diário Oficial de União de 21 de julho de 2016, segundo cálculos do governo interino, provocariam um impacto de 4,7 bilhões de reais no orçamento da União do próximo ano. Em 2015, a presidente Dilma havia vetado o projeto que pretendia reajustar os salários do Poder Judiciário até 2017.

Confirmado, em definitivo na presidência, Temer conseguiu que sua base parlamentar aprovasse na Câmara dos Deputados duas medidas de extremo

impacto social. A primeira é um projeto de emenda constitucional (PEC 241/55) que “congelou” por 20 anos os recursos governamentais destinados à saúde e à educação do país. A segunda é uma proposta que retirou a exclusividade da Petrobras explorar todos os campos petrolíferos do pré-sal. Esta iniciativa que visa abrir espaço para as grandes multinacionais explorarem o petróleo brasileiro, contrasta com a aprovação em 2013, pelo Congresso, de um fundo social que reverteria 50% dos recursos das novas reservas de petróleo à educação nacional.

Desde que as instituições responsáveis por assegurar os valores da democracia liberal começaram a apresentar fortes indícios de desvirtuamento de suas funções, abrindo caminho para o golpe de estado, uma série de acontecimentos que podem ser descritos como exemplos de censura e de repressão às manifestações de liberdade passaram a ocorrer com muita frequência no Brasil. As ações policiais que buscavam a todo custo impedir os protestos visuais contra Michel Temer e a Rede Globo de Televisão durante a cobertura mundial dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, não podem ser consideradas um mero fato isolado.

Para se ter ideia do desvirtuamento institucional que vem ocorrendo no país, visando se precaver das arbitrariedades praticadas pela Força Nacional nas arenas esportivas, um advogado mineiro, disposto a protestar, ingressou com um pedido judicial de habeas corpus preventivo para poder se manifestar livremente durante as olimpíadas. O seu pedido foi negado por uma juíza de Belo Horizonte que considerou que um papel com palavras contra o presidente interino estaria “*instigando a violência*” e colocando em risco a “*ordem pública*” e a “*integridade física*” dos presentes.

Outra decisão jurídica estranha aos valores democráticos ocorreu recentemente em São Paulo. O juiz encarregado de uma solicitação indenizatória contra o estado, no caso que envolvia um jornalista que perdeu a visão de um olho após ser atingido por uma bala de borracha disparada pela polícia militar estadual, enquanto desempenhava a sua profissão durante um protesto, decidiu ser improcedente o pedido, considerando ser o dano, um efeito de “*culpa exclusiva*” da vítima que se colocou “*na linha de frente do confronto*”.

Esta decisão que visa legitimar e tornar ilimitado o poder de violência do estado, aparentemente está em perfeita sintonia com os comentários virtuais conservadores que passaram a enaltecer a brutal e ostensiva repressão policial

que se instaurou no país para tentar conter os protestos de resistência ao golpe político, jurídico e midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff. A direita que atua nas redes sociais do Brasil agora afirma que não haveria violência policial se as pessoas, ao invés de protestarem, ficassem em casa, mantendo a ordem e a paz nas ruas.

Sobre este assunto, quaisquer análises comparativas demonstrariam que apesar das ruas também estarem repletas de manifestantes e, alguns deles, serem excessivamente agressivos e hostis, nunca houve registros de repressão policial aos protestos organizados pela direita desde 15 de março de 2015. Havia muita segurança e comodidade para protestar contra o governo do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, principal centro dos protestos, o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, tornava gratuito o transporte metroviário nos dias de manifestação e, a polícia militar, normalmente saudada com aplausos pelo público, retribuía pousando para as diversas seções de fotos que eram solicitadas pelos manifestantes.

A interação harmônica que uniu policiais e manifestantes nos atos paulistas em favor do *impeachment* presidencial foi totalmente atípica. Denunciada ao lado do governador do estado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2016, pela Organização Não Governamental (ONG) “Conectas”, a polícia militar de São Paulo sempre se notabilizou por reprimir violentamente os movimentos contestatórios. Em função disso, no dia 20 de outubro de 2016, um magistrado da 10ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, condenou o governo paulista a pagar indenização de 8 milhões de reais ao Fundo de Proteção aos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, pela violência policial nas manifestações de 2013. Salvo em “situação excepcionalíssima”, proibiu a polícia militar estadual de usar armas de fogo, balas de borracha e gás lacrimogênio em protestos públicos.

Conhecedor do comportamento operacional da polícia de São Paulo, um integrante do Ministério Público paulista, responsável pela investigação de policiais suspeitos de terem assassinado duas pessoas que já estavam rendidas na zona oeste da capital, revoltado com a paralização das vias públicas durante as jornadas de junho de 2013, usando as redes sociais, fez a seguinte solicitação ao seus seguidores virtuais: *“Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um*

bando de bugios revoltados parando a Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filhos da puta. Não fazer protestos na puta que os pariu. Que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borracha nas costas dos merdas”.

Por causa da repercussão negativa desta postagem que retrata, ao mesmo tempo, o comportamento político violento através das redes sociais, o conhecido perfil agressivo da Polícia Militar de São Paulo e o ódio de alguns agentes jurídicos ao Partido dos Trabalhadores, o autor da publicação acabou sendo suspenso de suas atividades por apenas quinze dias. Aparentemente, a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) somente aconteceu, porque se tratava de uma reincidência. Dois anos antes, ao sugerir o arquivamento do processo contra um policial que havia matado o suspeito de uma tentativa de roubo de veículo, acompanhado de um comparsa, o integrante do Ministério Público em destaque declarou: *“Lamento que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para o inferno. Fica o conselho ao policial: melhore sua mira”.*

Uma vez esclarecida esta questão, é salutar destacar que assim que se intensificaram as mobilizações populares contra o golpe, que começava a dar evidências de êxito depois que Lula foi conduzido coercitivamente para depor numa sala da Polícia Federal no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 4 de março de 2016, as iniciativas institucionais de cerceamento ao direito de expressão e de organização política e social começaram a se tornar cada vez mais frequentes no país.

Entre os casos mais preocupantes, vale destacar o do dia 29 de abril de 2016, quando, atendendo ao pedido de dois alunos que impetraram uma ação de “obrigação de não fazer”, objetivando a nulidade da convocatória de uma assembleia do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pretendia discutir o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, uma magistrada de Belo Horizonte suspendeu a realização do evento, proibindo inclusive, a convocação de quaisquer outras assembleias destinadas a tratar do referido assunto. Neste caso, observa-se uma decisão que, além de violar os artigos 3º e 5º da Constituição de 1988, que asseguram os direitos de liberdade de expressão e reunião, também negligencia o artigo 13º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, o artigo 19º,

da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, versando sobre o mesmo tema.

Ainda enfocando a mesma questão, é preciso mencionar que este não foi o primeiro caso envolvendo a Faculdade de Direito da UFMG. No dia 3 de março de 2016, uma de suas docentes, nascida na Itália, depois de uma suposta denúncia anônima, se tornou alvo de um inquérito da polícia federal que alegava ter conhecimento do seu envolvimento com partidos políticos e sindicatos no território nacional. A acusação baseava-se no “Estatuto do Estrangeiro”, legislação editada durante a ditadura militar que, desde a promulgação da nova Constituição Federal, adquiriu sentido de inconstitucionalidade por ser incompatível tanto com o artigo 5º, que também dispõe sobre a isonomia de liberdade de expressão entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, quanto com os já discutidos tratados internacionais de direito aos quais o Brasil se encontra associado.

Situação semelhante viveu a Universidade Federal de Goiás (UFG). Depois de ser notificada pelo Ministério Público Federal goiano que estaria desde o dia 8 de abril de 2016 impedida de realizar atos ou discussões políticas tratando do impedimento da presidente Dilma Rousseff em suas dependências, em junho, se viu diante da possibilidade de ter que responder a um procedimento de investigação instaurado pelo procurador do mesmo órgão judicial, objetivando averiguar se a direção da universidade havia autorizado uma suposta troca das placas de “masculino” e “feminino”, dos seus banheiros, para “social” e unissex”, em favor da política de igualdade entre os gêneros. Nestes dois casos que envolveram a UFG, a primeira decisão feriu os dispositivos jurídicos apontados no caso anterior e, a segunda, agrediu o artigo 207 da Constituição Federal, que dispõe sobre a autonomia administrativa das universidades federais brasileiras.

Entre as situações que envolvem a violação constitucional do direito de liberdade de expressão e reunião, ainda vale mencionar pelos menos mais dois casos. O primeiro ocorreu na noite do dia 12 de março de 2016, quando policiais militares armados com pistolas e metralhadores cercaram com viaturas e invadiram a plenária do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, em Diadema, alegando, sem mandado judicial, terem interesse em saber qual era o motivo daquela reunião noturna. Era um ato de solidariedade ao ex-presidente

Lula, submetido, dias atrás, ao depoimento coercitivo da polícia federal. O segundo acontecimento se deu no dia 30 de abril de 2016, quando um evento de mulheres organizado pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) para discutir o tema “legalização do aborto”, foi interrompido, sem autorização judicial, por soldados da guarda metropolitana de São Paulo que alegavam terem recebido denúncias de que naquele local estariam ocorrendo condutas fora da lei.

Uma observação atenta destes acontecimentos nos permite perceber que em alguns casos as arbitrariedades institucionais ultrapassaram os limites da restrição ao livre direito de expressão e reunião e ingressaram no campo dos comportamentos sociais. Nos casos das placas dos banheiros da Universidade Federal do Goiás e da discussão sobre a legalização do aborto na Faculdade Paulista de Serviço Social, também há uma clara tentativa de reprimir condutas concebidas como afronta aos padrões convencionais de comportamento. Isso tem a ver com os reflexos sociais do avanço de um grupo de extrema-direita, cujas ações políticas estão sendo destinadas à reafirmação dos padrões conservadores de costumes da sociedade brasileira.

Sobre este tema, o projeto de lei nº 193/16, conhecido como “Escola sem Partido”, de autoria do senador Magno Malta, do Partido Republicano do Espírito Santo, ligado à igreja Assembleia de Deus, tem se destacado no campo das medidas conservadoras que estão em trâmite no Congresso Nacional. Denominada de “lei da mordaca” por seus críticos, é uma medida que ultrapassa os limites da preservação dos costumes tradicionais da sociedade brasileira, adentrando também na dimensão do cerceamento à livre opinião, resguardada pelo artigo 5º da Constituição de 1988, e da restrição à liberdade de ensino, protegida pelo seu artigo 206.

A iniciativa do senador capixaba é mais uma ramificação do projeto de lei nº 867/25, apresentado à Câmara dos Deputados em março de 2015 pelo deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, objetivando incentivar o surgimento de anteprojetos semelhantes nas Assembleias Legislativas estaduais e nas Câmaras de Vereadores municipais de todo o país para produzir um ambiente favorável à sua aprovação no Congresso Nacional. Criado por um procurador paulista que não gostou de saber que um dos professores de sua filha comparou Che Guevara e São Francisco de Assis, alegando que ambos

abandonaram uma situação de conforto e se engajaram em causas que acreditavam, até o momento existe 14 projetos do “escola sem partido” em tramitação pelo país, destes, apenas três não foram apresentados por parlamentares ligados às igrejas evangélicas.

Sua intenção é aprovar uma emenda na Lei (nº 9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), estabelecendo o impedimento do que os seus propositores denominam de *“usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, livres de doutrinação política e ideológica”*. Ao que tudo indica, o projeto “escola sem partido” não é apenas uma crença ingênua de que é possível se criar um método educacional neutro que possa promover o repasse mecânico de conteúdos curriculares, trata-se de uma tentativa ideológica de eliminar a escola democrática e crítica, capaz de questionar as desigualdades e os preconceitos, discutindo abertamente as questões de gênero, de classe e de cor no Brasil. É um projeto de escola alinhado com a ideologia e os interesses da extrema-direita brasileira.

No contexto das agendas políticas conservadoras que vêm se propagando pelo país desde 2013, o “escola sem partido”, até o presente momento, tem se notabilizado por incentivar os pais de alunos a formarem redes virtuais de vigilância ideológica para constranger e inibir a liberdade de ensino de professores e de escolas. Sobre este tema, em março de 2016, a professora de história de um colégio de Curitiba se viu obrigada a se demitir do trabalho depois que uma de suas postagens na internet, de caráter político, acabou sendo interceptada e reproduzida numa rede social fechada composta por pais de estudantes.

Depois de postar a mensagem que dizia: *“Hoje vi crianças numa escola, vestindo preto e pedindo golpe, desprezando a democracia e exaltando o ódio”*, a professora que se referia a uma manifestação de crianças que, influenciadas pela opinião de seus pais, afirmavam que estavam protestando contra a corrupção, tornou-se alvo de reclamações que chegaram ao limite de solicitar o seu afastamento da escola. Mais tarde, o conteúdo do grupo virtual de pais acabou sendo divulgado e, entre os comentários mais agressivos e ideológicos, destacavam-se o seguinte: *“A diretoria do colégio deve tomar uma providência. Sou totalmente contra a ideologia de esquerda. Não aceito, em hipótese alguma, que professores fiquem doutrinando a minha filha. Se ela aparecer em casa com alguma ideia esquerdista, vai ter confusão”*.

A intenção de se promover o cerceamento à liberdade de ensino no Brasil parece encontrar ressonância nas palavras daquele estudante de Santa Catarina que, ao se recusar produzir um trabalho universitário sobre Marx, manifestou sentir falta do pensamento de direita no ambiente acadêmico brasileiro, que segundo ele, é dominado pelos intelectuais de esquerda. Tudo leva a crer que, pelo fato de ainda não se ver em condições de competir no campo educacional, a direita brasileira decidiu impedir a esquerda de se manifestar.

O “escola sem partido” também vem refletindo a divisão sócio-política que se observa no Brasil desde a proclamação do resultado das eleições presidenciais de 2014. A consulta virtual realizada pelo Senado para medir a opinião dos brasileiros sobre este tema, mostrava que até as 6 horas e 40 minutos do dia 21 de setembro de 2016, 182.937 pessoas haviam se manifestado a favor da aprovação do projeto de Magno Malta, enquanto 195.959 se mostravam contra. No dia seguinte à publicação desta parcial, sem promover nenhuma discussão com entidades representativas da sociedade, Michel Temer assinou uma medida provisória, instrumento do executivo brasileiro com poder de decreto-lei, reformando o sistema de ensino médio do país. Essa ação presidencial extinguiu a obrigatoriedade das disciplinas de educação física, artes, filosofia e sociologia na rede nacional de ensino. Os críticos do “escola sem partido” passaram a chamar a medida provisória de Temer de “escola que não pensa”.

Considerações finais

No cenário do avanço político da direita na América do Sul, no mesmo dia em que a Colômbia, acreditando que a paz em seus territórios “viria do céu”, recusou o acordo de paz entre governo e guerrilha FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), os brasileiros conheceram o resultado do 1º turno daquelas que já se notabilizam por ser as eleições municipais mais conservadoras desde 1982. Se o voto evangélico, orientado pelo bordão: *“Jesus Cristo é o único que pode trazer a paz que tanto desejamos”*, acabou sendo decisivo para a vitória do “não” no plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016, no Brasil, os efeitos sociais da interrupção do mandato presidencial de Dilma provocaram crise de negação de voto e encolhimento representativo da esquerda, duas

ocorrências que favoreceram a expansão eleitoral dos seus partidos políticos de direita.

Sobre a crise de negação de voto, vale destacar que a média de abstenções eleitorais no Brasil passou de 16,4% em 2012 para 17,6% em 2016, acréscimo de mais de 25 milhões de eleitores. Os votos brancos e nulos, pela primeira vez desde a universalização da urna eletrônica em 2000, ultrapassaram o percentual médio de 10% em eleições municipais, chegando a 13,6%. Neste cenário, 12 capitais acabaram registrando taxas de abstenção acima da média nacional. Para se ter ideia da gravidade do problema, a soma de abstenções e votos brancos e nulos, venceria o 1º turno municipal em 10 capitais brasileiras: Belo Horizonte (38,5%), Rio de Janeiro (38,1%), Aracajú (35,2), Porto Alegre (34,8%), São Paulo (34,8%), Porto Velho (33,4%), Cuiabá (30,8%), Campo Grande (28,2%), Curitiba (28,0%) e Belém (25,5%). Em São Paulo, o candidato vitorioso, que conquistou mais votos que a soma dos seus concorrentes, recebeu 3.085.187 votos, quantidade inferior aos 3.096.304 eleitores que recusaram quaisquer candidatos. No Rio de Janeiro, 1.866.621 cidadãos fizeram a mesma opção, superando os 1.395.625 votos correspondentes à somatória dos dois candidatos que se qualificaram para o 2º turno. Em Rio Branco, única capital vencida pelo Partido dos Trabalhadores, a recusa foi de apenas 4,10%, a menor do país. No aspecto geral, dos 103.302.896 brasileiros que votaram em candidatos em 2012, 0,83% ou 858.845 pessoas se mantiveram neutras em 2016, a definição dos eleitos coube a 102.444.051 eleitores.

A respeito do encolhimento representativo dos partidos políticos de esquerda, entre os seis partidos que integram o seu leque tradicional, apenas o inexpressivo Partido da Causa Operária apresentou desempenho eleitoral superior ao da última eleição, passando de 4.284 (0,004%) votos em 2012 para 5.689 (0,006%) votos em 2016. Os demais, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, sofreram retração eleitoral. O PSOL que havia recebido 2.388.70 (2,31%) votos em 2012, caiu para 2.097.623 (2,05%) votos em 2016, o PC do B retrocedeu de 1.880.028 (1,82%) votos para 1.767.051 (1,72%) votos, o PSTU de 176.336 (0,17%) votos para 77.952 (0,08%) votos, o PCB de 45.119 (0,04%) votos para 24.501 (0,02%) votos e o PT, que havia sido

o mais votado na última eleição, recebendo 17.273.415 (16,79%) votos, despencou para 6.821.754 (6,66%) votos em 2016, perdendo 10.451.661 eleitores, quantidade 60,51% menor do que obtivera em 2012. Seu desempenho médio entre 2004 e 2012 era de 15,8 milhões de votos.

A análise criteriosa dos números de 2016 demonstra que o encolhimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores decorre, em parte, da redução drástica de seus recursos de campanha. Com a proibição das doações empresariais, os investidores que sempre abasteceram o financiamento ilegal de campanhas no Brasil, conhecido como “Caixa 2”, aparentemente levaram em consideração a devassa seletiva que a “Operação Lava Jato” realizou nas receitas eleitorais petistas anteriores, não arriscando investir novamente nos seus candidatos. A perda do comando presidencial também pesou contra o PT. Mesmo não sendo possível comparar o volume de dinheiro investido nas campanhas de 2012 e 2016 em função da saída oficial das doações empresariais, é relevante apontar que o Partido dos Trabalhadores, maior arrecadador em 2012, tornou-se apenas o 7º em 2016, ficando atrás de PMDB, PSDB, PP, PSD (Partidos Social Democrático), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PDT. Para se ter noção da sua desvantagem, os 19,9 milhões obtidos através de doações pelo PT, foi 43,14% menor que os 35 milhões declarados ao TRE pelo PSDB.

O baixo investimento financeiro nas campanhas petistas deste ano também serviu para justificar o encolhimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores, porque uma análise cuidadosa da proporção de candidatos eleitos em relação à quantidade de concorrentes por cada sigla, pode relativizar o aspecto generalizante do seu mau desempenho em 2016. Observando as eleições municipais para vereadores de 2004 até 2012, percebe-se que o PT apresenta um aproveitamento médio de 12,01%. Em 2004, elegeu 3.681 (10,62%) dos seus 34.653 candidatos, em 2008, 4.168 (13,04%) dos seus 31.964 candidatos conseguiram se eleger e, em 2012, foram 5.067 (12,37%) eleitos entre os 40.960. Em 2016 o partido continuou na sua trajetória de crescimento proporcional, 2.795 (12,65%) dos seus 22.103 concorrentes acabaram eleitos. Contudo, em termos absolutos, sua representação nas Câmaras Municipais sofreu uma redução de 46,04% em comparação com o montante de vereadores eleitos em 2012.

Nas disputa pelas prefeituras, em 2004 o Partido dos Trabalhadores elegeu 411 (21,11%) dos seus 1.947 candidatos, em 2008, 508 (34,15%) dos seus 1.634 participantes foram eleitos, em 2012, 635 (34,73%) dos seus 1.829 candidatos se elegeram e, em 2016, obtiveram sucesso 256 (25,73%) dos seus 995 concorrentes. A média de 2004 a 2012 era de 30,0%. Em 2016, o PT ficou em situação intermediária entre a média das três últimas eleições e o índice inicial de 2004. Do ponto de vista absoluto, a legenda sofreu um encolhimento de 45,60%.

A unidade federada paulista é o parâmetro extremo dos efeitos negativos do antipetismo incidindo sobre o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2016. Epicentro dos protestos conservadores contra o seu governo e palco de sua pior derrota eleitoral em 2014, São Paulo “vivia a contradição” de ver o PT governando a sua capital e 8 municípios da sua região metropolitana (Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Carapicuíba, Embu, Franco da Rocha e Mauá), chamada de “cinturão vermelho” depois de 2012. No próximo ano, só Franco da Rocha continuará com administração petista.

O espaço deixado pela esquerda, sobretudo pelo Partido dos Trabalhadores, está sendo ocupado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, seu opositor desde 1994. O resultado destas eleições mostra que o PSDB acabou se consolidando como o partido preferido do eleitor antipetista. No cenário de uma disputa em que a mesma direita que defendia a ruptura com o petismo em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e em parte do Rio Grande do Sul e dos estados do Centro-Oeste, negava, ao menos individualmente, ter contribuído para a deposição presidencial do PT nos estados do Norte e do Nordeste, os tucanos conquistaram 7 capitais brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Maceió, Teresina, Belém, Manaus e Porto Velho). Ocupando o espaço deixado pelo Partido dos Trabalhadores em São Paulo, além da capital paulista, venceram a disputa pelas principais cidades do cinturão metropolitano, passando a administrar 10 de seus municípios (Barueri, Itaquaquetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Rio Grande da Serra, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra).

No âmbito nacional, o PSDB passou de 13,9 milhões de votos (13,44%) em 2012, para 17,6 milhões (17,19%) votos no 1º turno eleitoral de 2016, um

acréscimo de 3.731.299 novos eleitores, crescimento de 21,60%. Os seus parceiros tradicionais não acompanharam o seu desempenho, o DEM passou de 4,5 milhões de votos (4,37%) em 2012, para 4,9 milhões de votos (4,77%) em 2016, aumento de 366.437 (7,5%) eleitores. O Partido Novo, representante da direita que debutou este ano, obteve apenas 38.512 (0,04%) dos votos dados a prefeitos no Brasil. Os partidos que tradicionalmente abrigam os candidatos evangélicos tiveram bom desempenho. O Partido Republicano Brasileiro (PRB), que no 2º turno elegeu Marcelo Crivella, representante da Igreja Universal do Reino de Deus, para administrar a cidade que é internacionalmente vista como o símbolo do comportamento liberal dos brasileiros, o Rio de Janeiro, passou de 2,5 milhões de votos (2,49%) em 2012 para 3,9 milhões de votos (3,79%) em 2016, acréscimo de 1.315.396 (33,88%) eleitores. O PSC passou de 1,7 milhão de votos (1,63%) em 2012 para 1,8 milhão de votos (1,72%) em 2016, aumento de 75.940 (4,21%) eleitores. O Partido Humanista da Solidariedade (PHS), mostrou o melhor desempenho, passando de 315.515 votos (0,31%) em 2012 para 944.590 votos (0,92%) em 2016, acréscimo de 629.075 (66,60%) novos eleitores.

A conclusão mais evidente é que a direita avança, mas a última pesquisa do instituto Vox Populi, realizada em outubro de 2016, aponta que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, com 35% das intenções de votos, lidera a corrida presidencial para 2018. Considerado o melhor presidente que o país já teve por 42% dos entrevistados, Lula tinha 29% nas amostras eleitorais de abril e junho, nas quais era considerado o melhor presidente por 45% dos pesquisados.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, P. **O nome da crise.**

Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/paulo-arantes/>> Acesso em 10/04/2015.

ARLEY, P. e RICCI, R. **Nas ruas**: a outra política que emergiu de junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2013.

BAUMAN, Z. e BARDONI, C. **Estado em crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BENEVIDES, M. V. A conversa mole da política. **Revista Lua Nova**: cultura e política. São Paulo: Volume 1, abril/junho de 1984.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CATTANI, A. D. **#protestos**: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CAVA, B. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013. São Paulo: Annablume, 2014.

CERVI, E. V. **PSDB y PT em las elecciones nacionales**. e-book: Flacso, 2006.

COSTA, F. **PROUNI**: o olhar dos estudantes beneficiários. Curitiba: Michelotto, 2010.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora UNIVALI, 2000.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRACIARENA, J. **Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

LEMONS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, A. B. **Qualidade da educação superior**: o programa Reuni. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

LOCATELLI, P. **#VemPraRua**. São Paulo: Companhia das Letras, **E-BOOK**, 2013.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: UNESP, 2009.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros na universidade. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, vol. 1, 2002.

MEDINA, J. T. **Esquerda brasileira perdeu as ruas porque é ruim na Internet.**

Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/esquerda-brasileira-perdeu-as-ruas-porque-e-ruim-na-internet-diz-ativista-digital-espanhol/>> Acesso em 10 de julho de 2016.

MENEZES, E. S. **A neurose obsessiva do discurso antipetista.** Disponível em:

<<http://www.sul21.com.br/jornal/a-neurose-obsessiva-do-discurso-antipetista-por-eduardo-silveira-de-menezes/>> Acesso em 11 de junho de 2016.

RIBEIRO, R. J. **Extrema-direita avança com ódio os direitos humanos.**

Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>> Acesso em 14 de março de 2015.

SANTOS, B. S. **Agressividade da direita é um fenômeno global.** Disponível em:

<<http://www.geledes.org.br/agressividade-da-direita-e-um-fenomeno-global-por-boaventura-sousa-santos/>> Acesso de 7 de março de 2015.

SOLANO, E. et. al. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black**

Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

STIGLITZ, J. E. **The euro and its threat to the future of europeu.** London: Allen

Lone, 2016.

Resumo:

Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro

A última década tem sido marcada por um avanço global das correntes políticas de direita. Na América Latina, o caso brasileiro vem inquietando os observadores da histórica instabilidade ibero-americana, desde que o poder de organização da direita nacional desencadeou uma série de contestações públicas que acabaram servindo de sustentáculo para um golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da presidência do país. Trata-se de um processo que teve início no momento subsequente às manifestações de junho de 2013, quando um discurso violento de direita passou a dominar as redes sociais no Brasil, favorecendo a ascensão de personagens e movimentos conservadores que se tornaram nocivos tanto para os direitos humanos, quanto para os valores liberais democráticos, provocando o bloqueio das ações governamentais de promoção de equidade, o retrocesso da legislação de proteção às minorias sociais, a instabilidade das instituições do poder nacional e o cerceamento das manifestações de liberdade.

Palavras-chaves: Direita; Redes Sociais; Comportamento Político Violento.

Abstract:

Violent political behaviour and the global advance of the right-wing: an analysis of the brazilian case

The last decade has been marked by a global advance of right-wing political currents. In Latin America, the Brazilian case has been disturbing the observers of the historic Ibero-American instability, since the power of organization of the national right initiated a series of public protests that ended up serving as support for a parliamentary coup that drove Dilma Rousseff away from the country's presidency. This is a process that began just after the demonstrations in June 2013, when a violent right-wing discourse starts to dominate social networks in Brazil, favoring the rise of conservative characters and movements that became harmful both for Human Rights and democratic liberal values, leading to a blockade of government actions to promote equity, a regression of legislation to protect social minorities, the instability of institutions of national power and the curtailment of demonstrations of freedom.

Key words: Right-wing; Social networks; Violent Political Behavior.